

**Parou por quê?**

Depois de dois anos de escândalos, o novo Congresso pode retomar a agenda do crescimento. Preparamos um roteiro de projetos importantes na fila de votação

MURILO RAMOS

Nos últimos dois anos e meio, os escândalos em série foram a principal pauta de deputados e senadores. Um dos efeitos da crise política no Legislativo foi a paralisação - muitas vezes, motivada apenas por disputas políticas estereis - de projetos importantes para o crescimento econômico do país. A nova legislatura, iniciada há duas semanas, tem agora a oportunidade de recuperar a agenda do Legislativo. Na semana passada, o governo Lula foi brindado com a aprovação pela Câmara do projeto de lei que cria a Super-Receita, depois de quase dois anos de discussão sobre o assunto no Congresso.

A partir de agora, um único órgão federal cuidará da arrecadação e fiscalização tanto de impostos federais como das contribuições previdenciárias, tarefas antes divididas entre a Receita Federal e a Secretaria de Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência Social. "A mudança pode facilitar a vida do contribuinte e tornar mais eficiente a máquina pública", diz Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal.

Segundo especialistas e empresários ouvidos por ÉPOCA, há outros projetos parados no Congresso que precisam andar quanto antes. Eles podem ser capazes de estimular investimentos de bilhões de reais e tornar mais previsíveis a vida e os negócios. ÉPOCA selecionou quatro deles. É um bom roteiro para o novo Congresso inaugurar sua agenda de modo positivo.

**Marco legal das agências reguladoras**

Por que é importante - Ainda não existe uma lei no Brasil com uma definição clara das atribuições e prerrogativas das agências reguladoras. Em países desenvolvidos, as agências são um instrumento importante para afastar ameaças de interferências arbitrárias dos poderes públicos nos negócios. "As agências precisam de autonomia política e financeira", diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, associação de empresas do setor de energia. "Não podem viver dependendo da boa ou má vontade do governo de plantão." A falta de um marco legal possibilita o esvaziamento e o loteamento político das agências, como aconteceu no primeiro mandato de Lula. Aumenta também a insegurança das empresas em realizar investimentos de longo prazo.

Por que parou? - Um projeto de lei com regras de funcionamento das agências foi encaminhado pelo governo Lula ao Congresso em 2004. Mas ele não prevê a autonomia financeira nem política das agências e as vincula a ministérios. Os partidos de oposição são contra o projeto. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) quer incluir na Constituição a autonomia das agências. O impasse político está obstruindo a discussão da questão. Desde 2005, o projeto do governo está parado numa comissão especial da Câmara - agora, sem relator designado.

O prejuízo - Por insegurança jurídica das empresas, estima-se que, somente na área de energia, estejam parados projetos que representam quase R\$ 10 bilhões em investimentos.

**Lei do gás**

Por que é importante - Não existe hoje uma lei para regulamentar o transporte de gás através de dutos dentro do país. A falta dessa legislação dá à Petrobras o monopólio da atividade. As empresas privadas não podem construir nem administrar gasodutos. Só podem atuar na prospecção de reservas, produção e distribuição de gás. Quando uma empresa privada quer transportar o gás que produz, ela tem de usar gasodutos

da Petrobras. "Isso diminui a competição no setor e desestimula as empresas a investir mais em exploração e produção", afirma Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. Segundo Pires, se houvesse mudança na legislação, o combustível poderia se tornar mais barato e abundante. Desse modo, o Brasil poderia reduzir a dependência do gás boliviano, responsável por 50% do consumo nacional.

Por que parou? - O governo Lula encaminhou, em 2006, um projeto ao Congresso que autoriza empresas privadas a administrar gasodutos. Mas impõe ainda uma série de restrições à iniciativa privada no setor. Ele dificulta a concessão de gasodutos às empresas, mas reforça a autorização de operação. Isso dá menos segurança jurídica ao investidor. Um projeto apresentado pelo PFL no Senado em 2005 é bem mais liberal. O projeto do governo está parado numa comissão de Minas e Energia da Câmara, enquanto o do PFL foi aprovado pelo Senado no final de 2006. "O tema é espinhoso", diz Paulo Homem, da Arko Advice, uma das principais consultorias políticas de Brasília. "Veremos muitos conflitos entre governistas e oposição nesse tema."

O prejuízo - Por falta de lei, investimentos de cerca de R\$ 9 bilhões na construção de gasodutos estão engavetados.

#### Reforma do sistema brasileiro de concorrência

Por que é importante - Os órgãos do governo federal responsáveis pelo combate a cartéis e pela defesa da concorrência funcionam mal. Da forma como é feita hoje, a análise de fusões e aquisições de empresas cria situações em que negócios bilionários só são desfeitos muito tempo depois de realizados. Um exemplo foi a compra da Garoto pela Nestlé, em 2002, por R\$ 600 milhões. Em 2004, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) mandou o negócio ser desfeito. O caso está, até hoje, na Justiça. Na economia globalizada, uma análise mais rápida de fusões e aquisições torna-se vital para a expansão dos negócios. Muitas vezes, uma empresa só pode sobreviver à competição internacional se ganhar escala.

Por que parou? - Em 2005, o governo Lula encaminhou um projeto ao Congresso que diminui, dentro do governo, as instâncias de análise de fusões e aquisições. Hoje, elas estão espalhadas pelos ministérios da Fazenda e da Justiça. Pelo projeto, serão reunidas em um único órgão. O projeto ainda espera a indicação de um relator em uma comissão especial da Câmara. "Talvez tenha havido falhas ao comunicar aos parlamentares a importância desse projeto para a sociedade", diz Marcelo Saintive, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

O prejuízo - Segundo consultorias privadas, as aquisições e fusões de empresas andam lentamente. A aprovação do projeto poderia acelerá-las e movimentar no Brasil transações com valores superiores a R\$ 200 bilhões por ano.

#### Autorização ao Cade para punir bancos

Por que é importante - Hoje, só o Banco Central pode punir bancos por práticas contra a livre competição - como combinações de tarifas e de taxas de juros sobre empréstimos. O histórico mostra que a fiscalização do BC é falha, e as instituições financeiras não são punidas. Segundo o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a atribuição dessa tarefa a um órgão encarregado da defesa da livre concorrência pode melhorar a fiscalização - e ajudar na redução de tarifas bancárias e das taxas de juros.

Por que parou? - Desde 2003, tramita no Senado um projeto de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O governo Lula não se interessou em apoiá-lo. Só agora o projeto deverá ser levado à votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O prejuízo - As taxas médias de juros cobradas pelos bancos caem mais lentamente do que poderiam. Atualmente, são de 40% ao ano.